



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**06/03/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CEMULHER.....	4
2.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	5 - 8
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	9 - 10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ASSESSORIA.....	11

# EM BARRA DO CORDA, 2ª VARA REALIZA LEILÃO NO FIM DESTES MÊS

Vários terrenos em Barra do Corda e em Genipapo dos Vieiras serão vendidos no leilão

O Judiciário, através da 2ª Vara de Barra do Corda, publicou edital no qual anuncia a realização de um leilão na unidade judicial. O leilão está marcado para o dia 29 deste mês e será na modalidade pregão eletrônico, somente "on-line" para alienação de bens penhorados pela Justiça local. A abertura do pregão está marcada para dez da manhã, na modalidade maior lance, não devendo este ser inferior ao valor da avaliação do bem. O local é o endereço [www.leilaovip.com.br](http://www.leilaovip.com.br), plataforma "on-line". Serão leiloados lotes e terrenos com valores entre R\$ 14.500,00 e R\$ 40.000,00, localizados em Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras.

O Juiz Iran Kurban Filho, titular da 2ª Vara de Barra do Corda, relata que, pelo edital, ficam intimados da realização dos respectivos leilões, os senhores executados e cônjuges, se casados forem, caso não tenham sido encontrados para intimação pessoal, bem como os credores com garantia real, anticréticos, usufrutuários ou senhorio direto, que não foram intimados pessoalmente, conforme o artigo 889 do Novo Có-

digo de Processo Civil. Caso não haja compradores neste leilão, uma segunda praça fica marcada para o dia 19 de abril.

E segue: "Os bens podem ser encontrados nos locais indicados nas suas descrições e serão alienados no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo a esta unidade judicial ou ao Leiloeiro Oficial quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem e transporte daqueles arrematados. Sendo a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade, não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes verificarem o estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos em leilão", advertindo que quaisquer dúvidas podem ser dirimidas no decorrer do pregão.

## **SOBRE O LEILÃO JUDICIAL**

É a venda de bens penhorados através de mandado judicial, para garantia de uma execução. Os bens podem ser vistoriados normalmente antes do Leilão Público Judicial, mas

em alguns casos o executado que fica com a guarda dos bens e acaba dificultando a vistoria. É aconselhável a presença de algum participante da equipe do leiloeiro durante a visita. Os leilões ocorrem nas modalidades presencial e eletrônico, sendo que este alcança um número maior de participantes.

Não existem lances mínimos definidos em lei para os bens vendidos em Leilão Judicial, porém alguns juízes determinam que seja publicado no edital que não serão aceitos lances inferiores a 60% do valor da avaliação. Neste caso os bens acabam sendo vendidos pelo maior lance ofertado, desde que o juiz não o considere vil, ou seja, valor que não seja muito inferior considerando valores e aceitação de mercado. Pois não existem leis que determinam porcentagem ou margens de valores, ficando esta decisão por conta do juízo da execução.

# MARANHÃO SEDIARÁ SEMINÁRIO FONACRIAD

Evento terá três dias de duração e contará com a participação de autoridades ligadas ao sistema socioeducativo do Brasil e do estado

De 8 a 10 de março, o Maranhão sediará a 1ª Reunião Técnica de 2017 do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad), no Palácio Henrique de La Rocque, no Calhau. A ação é uma parceria do Fórum com o Governo do Estado, por meio da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), vinculada à Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop).

O Fórum tem por objetivo debater os desafios e possibilidades da

gestão do sistema socioeducativo do país e se reúne a cada três meses. A reunião técnica tem como pauta a saúde mental e o contexto da socioeducação; o fortalecimento da medida de semiliberdade; e o debate central sobre as tendências das medidas socioeducativas, temas que representam as situações atuais vivenciadas pelos gestores.

Representantes de 20 estados já confirmaram presença. Entre as discussões sobre os temas e relatos sobre a gestão de cada estado, eles vão conhecer também o Projeto Jovem Guardião, experiência exitosa realizada nas unidades da

Funac em parceria com a Pastoral da Juventude, da Arquidiocese de São Luís, que visa levar aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa uma vivência positiva de juventude. A presidente da Funac, Elisângela Cardoso, que também preside o Fonacriad, disse que a expectativa para o evento é de muito debate, estudos e maior compreensão dos desafios na área da socioeducação e que sediar o evento, na gestão realizada pelo governador Flávio Dino, reafirma a nova perspectiva de gestão do sistema socioeducativo que o Maranhão tem vivenciado.

## >> Seminário Fonacriad

A Reunião Técnica do Fonacriad será destinada estritamente aos gestores participantes do Fórum na quarta-feira (8) e sexta-feira (10). Na quinta-feira (9), a Reunião Técnica é aberta ao público por meio do Seminário Fonacriad, que será realizado no Auditório do Palácio Henrique de La Rocque, das 8h30 às 12h. As inscrições para o Seminário Fonacriad são gratuitas e serão realizadas no dia do evento, com direito a entrega de certificado de participação.

O Seminário Fonacriad terá como tema as 'Tendências e desafios dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa', como, por exemplo, o envolvimento de adolescentes com organizações e as estratégias de atendimento aos socioeducandos no contexto da execução das medidas.

O debate conta com a participação do juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa; do delegado Carlos Alberto Damasceno; do gestor do Departamento de Administração Socioeducativa de Santa Catarina, Zeno Augusto Tressoldi, e da Presidente da Funac, Elisângela Cardoso.

Podem participar do Seminário Fonacriad: o público em geral, representantes dos segmentos da infância e juventude da sociedade civil, gestores e técnicos dos serviços da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado, além de pesquisadores e estudantes universitários.

---

## **Justiça pela Paz**

De hoje até sexta-feira será realizada no Maranhão e no Brasil a VII Campanha Justiça pela Paz em Casa, com prioridade para realização de audiências e julgamentos de processos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A campanha nacional foi idealizada e é coordenada pela presidente do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia Rocha.

Na Justiça maranhense, o trabalho é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem à frente a desembargadora Angela Salazar. A Semana Justiça pela Paz em Casa deverá julgar centenas de processos, que têm a mulher como vítima de violência doméstica e familiar e outros em que ela seja parte interessada.

# Às moscas...

A expressão pode ser usada para as feiras de São Luís, onde a falta de higiene é preocupante. No Mercado da Forquilha e na Feira do São Francisco, a proliferação de moscas nos alimentos expostos é um risco à saúde. Já na Praia Grande, área turística, a expressão retrata bem seu abandono, sem turistas ou visitantes. **CIDADES 5 E 6**

De Jesus

## Falta higiene



Peixe seco vendido no Mercado da Forquilha tem larvas e moscas do tipo varejeira (detalhes) e está exposto em bancas próximo ao chão e a roupas penduradas, num ambiente de total falta de cuidado sanitário e de higiene, sendo um risco à saúde dos consumidores. **CIDADES 5**

De Jesus

## Faltam turistas



O Centro Histórico de São Luís, notadamente a Praia Grande, área com tradição de receber visitantes de diversas cidades e países, está praticamente vazia aos fins de semana; proprietários de lojas de artesanato e produtos regionais reclamam de prejuízos por causa das vendas fracas. **CIDADES 6**



“A gente pensou que o poder público poderia nos ajudar e, ao fazer a reforma, depois cobrir nossos gastos. Mas não foi o que aconteceu”

JOSE SILVA ROCHA, feirante

## Feiras de São Luís estão abandonadas e sem previsão para reforma

Apesar de medida do MP, que obrigava a Prefeitura a executar a reforma dos espaços, pontos de venda de frutas e outros alimentos estão sem conservação

THIAGO BASTOS  
Da equipe de O Estado

**A**bandono. Este é o quadro atual de algumas feiras e mercados da capital maranhense que, mesmo com parecer judicial, seguem sem ser recuperadas pelo poder público. O Estado visitou pelo menos duas feiras da cidade e constatou a falta de conservação nos pontos comerciais.

A situação mais grave é no Mercado da Forquilha, ao lado da rotatória que dá acesso às MAS 201 e 202. De acordo com os feirantes, o espaço foi inaugurado há mais de 40 anos e nunca passou por uma reforma. A precariedade da estrutura física é visível e as vigas de sustentação da cobertura estão muito enferrujadas. Várias goteiras são vistas e os boxes estão sujos e sem iluminação.

Dos 26 boxes do mercado, apenas dois estão ocupados. Sem o auxílio do poder público, dois feirantes – José Silva Rocha e Domingos do Nascimento Soares – são responsáveis pela administração interna do ponto comercial.

Eles se juntaram, há dois anos, para fazer um reparo no espaço. Nos ajustes feitos pelos administradores, foi possível incluir apenas piso e pintura em algumas bancas. “A gente pensou que o poder público poderia nos ajudar e, ao fazer a reforma, depois cobrir nossos gastos. Mas não foi o que aconteceu”, disse José Silva Rocha.

Somada à ausência de condições estruturais, os feirantes não colaboram com a higiene. Enquanto conversava com O Estado, um feirante manuseava peixe seco sem luvas e o alimento estava coberto por moscas. Ao ser questionado sobre o preparo do peixe, ele desconversou. “Até hoje eu tenho certeza que nunca ninguém ficou doente com meus peixes”, retrucou.



Fotos/De Jesus

Mercado da Forquilha em estado precário



### Outro exemplo

A feira do São Francisco é outro exemplo do descaso. Com 248 bancas e 32 anos de existência, o local é considerado uma das referências do centro comercial do bairro. No entanto, vários pilares da estrutura de sustentação estão desgastados. No teto, é possível ver teias de aranha e é comum a circulação de gatos e cachorros de rua por entre as bancas. Apesar dos problemas constatados, segundo o administrador da feira – que se identificou como Magno Ferreira – o espaço não apresenta tantos sinais de deterioração. “Perto de outras feiras, aqui está é bom”, justificou.

Ele informou ainda que uma reforma deverá ser executada na feira. Mas não soube precisar quando será o início dos serviços. “A Prefeitura [de São Luís] nos prometeu esta reforma. Estamos esperando pelo atendimento da promessa, mas até agora nada foi feito”, disse.

### Relembre

Em 2015, uma decisão da juíza Luzia Nepomuceno – titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís – determinou a execução imediata da reforma das feiras de São Luís. Em contrapartida, a Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Abastecimento (Semapa) informou que al-

gumas intervenções haviam sido feitas em algumas feiras, como Liberdade e Vila Palmeira.

### Mercado com problemas

Na edição de sexta-feira, 3, O Estado publicou reportagem que comprovou a circulação livre de ratos entre as bancas do Mercado Central, no centro de São Luís, onde são comercializados alimentos. Na ocasião, os feirantes admitiram o problema e disseram que nada poderia ser feito.

De acordo com o Ministério do Planejamento, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 8.800.000,00 para serem aplicados no Mercado, oriundos do Governo Federal (por meio do PAC Cidades Históricas). No entanto, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ainda não informou quando começarão os serviços.

### Outro lado

Sobre as feiras, a Prefeitura de São Luís, por meio da Semapa, informou que está realizando visitas técnicas em diversas feiras e mercados da capital, para ter conhecimento das necessidades de cada

um e incluir as demandas no Projeto de Recuperação de Mercados e Feiras Municipais. No entanto, a pasta não citou valores e tampouco prazos para obras. ●



Feira do São Francisco precisa de cuidados



# Praia Grande está “às moscas”, sem turistas

Centro Histórico ficou com ruas vazias e poucos turistas no último fim de semana; comerciantes da área reclamam

O Centro Histórico, área com tradição de receber visitantes de diversas cidades e países, está praticamente vazia aos fins de semana; os proprietários de lojas de artesanato perdem nas vendas. Um início de semestre com ruas vazias e quase nada de turistas aos fins de semana.

É esse o cenário da Praia Grande de janeiro para cá, segundo proprietários de lojas de artesanato e vendedores ambulantes que trabalham na região do Centro Histórico de São Luís. Ontem, um domingo ensolarado, propício para as compras na área tombada da capital maranhense, o único movimento era dos comerciantes reorganizando suas mercadorias e o barulho dos pássaros nas copas das árvores.

“Turista que é bom, nada. Há meses que sentimos a falta deles e quando chegam, são poucos ou quase nada. Acho que a Praia Grande não está mais atrativa e ainda por cima tem a questão dos assaltos, que afastam as pessoas nos fins de semana e, principalmente, os turistas. E não se vê policiamento por aqui aos domingos”, lamentou Carolina Laoné, que trabalha na Galeria Reviver e tem banca de lanche no mesmo trecho.

Jorge Nascimento, que há oito meses abriu loja na área, também reclama da falta de visitantes de outros municípios e estados em um dos cartões-postais de São Luís. A loja do microempresário reúne artesanatos e artigos para presente, entre eles, objetos decorativos que ele traz de outros países. Bem na porta, redes de diversas



De Jesus

Praia Grande, área turística tradicional de São Luís, estava vazia ontem

cores produzidas por artesãos maranhenses chamariam a atenção dos visitantes. O problema é a falta de compradores.

“O mês das férias aqui foi um desastre e continua tudo parado. Abrimos na esperança de algo ani-

## Violência e falta de conservação estão influenciando

mador, de alguém para levar a mercadoria, mas a paisagem é essa, totalmente deserta”, reclamou.

Dentro da feira, onde também há lojas, os comerciantes afirmam que os poucos turistas que aparecem são do estado do Pará. E os que levam alguma coisa, na maioria das vezes, são aqueles que retornam de ônibus para suas cidades. “Os que viajam de avião ficam limitados para levar presentes. Na realidade, temos sentido muito a

queda de consumidores aqui na loja. Os turistas, esses nem se fala. Estão muito escassos e difíceis. No entanto, não deixamos de abrir a loja, pois se vierem, estaremos aqui para recebê-los, inclusive aos domingos e feriados”, garantiu Aradiane Cruz, proprietária da loja Tulhas Artesanato, que, além do jeito simpático de receber turistas, oferece uma variedade de produtos e também farinha d’água, camarão seco, castanha de caju, entre outros.

Se não bastasse, há ainda o descaso do poder público para com a conservação da área da Praia Grande. A maioria dos casarões está em péssimo estado e já na área do estacionamento, os problemas de infraestrutura são visíveis, com calçamento quebrado e buracos. Outro ponto é a falta de atrativos culturais que poderiam movimentar a área e despertar a curiosidade das caravanas de turistas, que nos últimos meses praticamente desapareceram da área. ●



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2017  
PROCESSO Nº 48.209/2016**

**Objeto:** Aquisição de material de expediente - papel A4; **Abertura:** 20/03/2017, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** *Site* [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

**Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 03 de março de 2017.

**André de Sousa Moreno** - Pregoeiro.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2017-SRP  
PROCESSO Nº 53.572/2016**

**Objeto:** Registro de preço para aquisição de aparelhos condicionadores de ar; **Abertura:** 17/03/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 03 de março de 2017.

**Thiago Chung de Farias** - Pregoeiro do TJMA.

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Quadro de iniquidade.

O Dia Internacional da Mulher – a ser comemorado nesta quarta-feira, 8 de março – é uma data que exige uma reflexão política, uma vez que, numa sociedade construída sob a égide do machismo e do patriarcalismo, a participação das mulheres no processo político continua sendo ainda balizada por expressivo quadro de iniquidade no Brasil.

Mesmo com a Constituição de 1988, que incorporou cerca de 90% das reivindicações do movimento feminista, consolidando um aparato normativo que é referencial no tocante ao direito das mulheres, as estatísticas não apontam resultados concretos que indiquem redução na espiral de desigualdade, que coloca a mulher em situação desfavorável em relação aos homens.

A atual Carta Magna é perfeita quanto ao tratamento dos sexos com igualdade, inclusive nas questões familiares. Além disso, as importantes alterações no Código Civil, com a entrada em vigor, em 2002, do texto que substituiu a norma de 1916, e as reformas no Código Penal, de 1940, extinguíram inúmeros dispositivos que diminuíam ou subjugavam a figura feminina.

O regramento constitucional, no entanto, não tem impedido o agravamento da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira, principalmente na esfera política, aflorando uma visão estereotipada do feminino e do masculino, com consequências gravíssimas e insustentáveis na divisão sexual do trabalho.

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que as mulheres já estudam mais que os homens, contudo ainda têm menos chances de emprego, recebem menor remuneração e ocupam as piores funções.

Nas instâncias do poder político, elas continuam literalmente subrepresentadas. Mesmo assim, o termo déficit democrático de gênero não está na agenda política do País, o que origina incompatibilidade com o princípio da igualdade, consagrado pela Constituição Federal.

O machismo permanece enraizado na política brasileira. Para a sociedade não basta simplesmente que a mulheres queiram participar de eleições ou que tenham o mesmo desempenho do homem. Elas têm que superar as expectativas nos quesitos inteligência, capacidade e competência.

São muitos os desafios a serem enfrentados pelas mulheres no plano político-eleitoral. Elas não têm visibilidade nos partidos políticos com força eleitoral no País e ocupam baixos percentuais de vagas nos cargos nas instâncias políticas de poder.

Há pouquíssimos estatutos partidários que aludem critérios para uma maior participação de ativistas de sexo feminino, embora esse segmento seja maioria no eleitorado e reúna condições de contribuir para a construção de um projeto emancipatório para a sociedade.

Isso acontece por que as práticas partidárias excludentes permanecem operando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da composição formal do poder político, reflexo de uma visão patriarcal conservadora e de um modelo de cidadania que privilegia a imagem masculina ao espaço público.

Para se ter uma ideia, no ranking sobre a participação das mulheres nos Parlamentos envolvendo 192 países do mundo, o Brasil está em 146º lugar, atrás da média dos países árabes, que são altamente restritivos em relação à participação das mulheres em instâncias de poder.

Apesar de representarem 52,13% do eleitorado brasileiro, as mulheres disputam, em número bastante reduzido, vagas para cargos de representação política nos pleitos eleitorais realizados no País.

Os cargos eletivos, em sua maioria, são disputados por homens. A parcela feminina é inferior à exigida pela legislação brasileira, que assegura 30% das vagas às mulheres.

Na atual composição do Parlamento Federal, a representatividade feminina é mínima. Elas representam apenas 10% dos deputados federais e 14% dos senadores, apesar de serem metade da população e da força de trabalho na economia. O percentual é idêntico nas Assembleias Legislativas, nos Estados, e menor nas Câmaras de Vereadores, nos Municípios.

Num ranking da União Interparlamentar (IPU), que avalia 145 países, o Brasil ocupa a 126ª posição em participação feminina no Poder Legislativo.

Ruanda – país localizado na região central da África e que passou por inúmeros conflitos étnicos, que culminaram em genocídio de grande parte da população – ocupa a primeira colocação com a maior representação feminina. Com a população predominantemente feminina, 56% dos parlamentares do país são mulheres.

Da África vem outro exemplo. Moçambique é o país lusófono (que fala português) melhor colocado quanto à participação das mulheres no parlamento. Ocupa o 14º lugar, com 39,2% de mulheres no parlamento – dos 250 deputados do país, 98 são mulheres.

O Dia Internacional da Mulher é um marco histórico, uma data que remete a uma tragédia, quando inúmeras mulheres lutadoras, trabalhadoras da indústria têxtil morreram queimadas. Isso pressupõe que a data não é festiva, a data é de reflexão e retomada das lutas.

O que as mulheres buscam hoje é a igualdade de direitos, direitos humanos, direitos constitucionais legítimos, direito ao respeito, à dignidade, à educação, à moradia, à saúde, ao trabalho, à cultura, à cidadania. Esses direitos devem ser buscados incansavelmente.

Não é possível fechar os olhos para a realidade perversa que as mulheres herdaram, desde a longínqua história das civilizações, nascendo sob a égide de um chefe de família, um todo poderoso homem, e segue submissa, violentada em seus direitos, sofrendo, ainda em 2017, violência física e psicológica, dentro e fora de seus lares, de onde emerge uma série de reflexões a serem feitas.

É preciso uma tomada de consciência radical por parte da sociedade. Todos devem se engajar na luta contra esse flagelo milenar.